

SINJEP HOJE

Revista Digital do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará

ANO 2 Nº 6

ABRIL/2023



A LUTA CONTINUA

Filie-se on-line: **Clique aqui!**



Ou acesse nosso site: sinjep-pa.org/filiacao

NÃO FIQUE SÓ! SINDICALIZE-SE

Em mais de 30 anos de trabalho, o SINJEP é uma referência quando se fala em sindicato no Pará. Lutar pelos direitos e a valorização dos servidores é a nossa meta. Nossa força vem da união de todos. Venha para o SINJEP. FILIE-SE e tenha direito a acessar serviços como nossos convênios, uma sede social para os momentos de lazer com a família, a sede administrativa funcional e moderna bem próximo do servidor e uma diretoria atuante sempre a frente das ações para garantir o respeito que a categoria merece! **FILIE-SE ao SINJEP. JUNTOS SOMOS FORTES**



Whatsapp:
(91) 99332-1030



Facebook:
@sinjep



Instagram:
@sinjep_pa

SINJEP HOJE - FICHA TÉCNICA

Esta revista é de responsabilidade da direção do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará - SINJEP, a exceção dos artigos assinados.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta

Iná Pinheiro Mendes

Vice-Presidente

Pepe Hubert Princken Larrat

Secretário Geral

Francisco Pinto Barros

Diretora de Administração e Finanças

Juliana da Costa P. Vilhena

Diretor Jurídico

Marcos Augusto Pacheco Araujo

Dir. de Cultura, Esporte e Lazer

Ariosvaldo Oliveira Barros

Diretor de Comunicação

Marcel Espirito S. C. Lobato

Dir. Formação Política Sindical

Flaviana Trindade de Oliveira

Dir. Saúde e Segurança do Trabalho

Vicente de Paula Santiago

FOTOS

Arquivo Pessoal

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Gabriel Pereira

EDIÇÃO

Muriel Catarina Nunes (ASCOM)

CONSELHO EDITORIAL

Iná Mendes e Marcos Araujo

Editorial

A Mulher no mundo machista e opressor

O ativismo no Movimento Sindical no Brasil foi, durante muitos anos, restrito aos homens. Com a tomada de consciência e atitude das mulheres, na esteira do movimento feminista contra a opressão e misoginia, as mulheres ingressaram na luta de vez, ainda que enfrentando o medo, a repressão e o preconceito, seguindo e protagonizando as lutas sindicais. Nesse contexto, o SINJEP teve sua semente e florescimento com a luta de uma mulher de força, no nome e no espírito: Cacilda! Uma guerreira que lançou a pedra fundamental da luta sindical no judiciário paraense. Uma mulher, como se costuma dizer, a frente do seu tempo e que segue fazendo história nesse ano de 2023, ano em que presenciamos chocados os ataques à democracia e, enfim, o seu triunfo com a eleição presidencial legitimada pelo voto do povo sendo protegida e preservada.

O atual governo federal vem priorizando e fortalecendo a luta feminina pela vida das mulheres, por dignidade e respeito, e acrescenta mais um reforço nessa odisseia: a criação do Ministério das Mulheres.

É inegável a influência da atuação sindical



feminina para o avanço da luta das mulheres por direitos iguais. É inegável a importância da militância sindical feminina para o avanço da sociedade, concretizando cada vez mais o desfazimento da mentalidade patriarcal sexista que ainda faz milhares de vítimas no país e no mundo, onde tantas ainda são brutalizadas e assassinadas.

Nesta edição da SINJEPHOJE, nossa homenagem e reverência às mulheres, com uma entrevista com a primeira mulher a presidir uma entidade sindical no judiciário paraense: Cacilda Maria Saraiva Pinto, uma mulher que abriu o caminho na luta e segue em campo aberto nas batalhas da vida, inspirando todes nós.

Convênios

UNIODONTO

50%

DE DESCONTO NO PLANO ODONTOLÓGICO

Estácio

20%

DE DESCONTO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO

CASTILLA

ATE

50%

DE DESCONTO EM CURSOS DE IDIOMAS

Faculdade COSMOPOLITA

ATE

75%

DE DESCONTO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO

PALÁCIO BOILONHA
CENTRO DA TERCEIRA IDADE

CENTRO DA MELHOR IDADE

ALONGAMENTO, HIDROGINÁSTICA, YOGA, MUSCULAÇÃO, DENTRE OUTRAS ATIVIDADES

ISSEB
AUTO PEÇAS

7%

DE DESCONTO NA COMPRA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS

ECCOA SAÚDE
ESPACIO DE CUIDADO, PREVENÇÃO E BEM-ESTAR

20%

DE DESCONTO NA ECCOA SAÚDE



10%

DE DESCONTO NO ESPAÇO DHARMA

Entrevista

A luta feminina no TJE/PA

Cacilda Pinto. Historiadora e bacharel do curso de Direito, participou da fundação do SINJEP, no ano de 1989, vindo a ser eleita a primeira presidente do sexo feminino da recém criada entidade representativa dos servidores do judiciário.

Nas comemorações que marcam o Dia Internacional da Mulher, a revista digital SINJEPHOJE, viaja no tempo para resgatar a trajetória de uma liderança feminina paraense que projetou a luta dos servidores do Poder Judiciário, e ajudou a inscrever o SINJEP no cenário brasileiro do movimento sindical.

Entrevista



SINJEPHOJE: O que significa ser mulher no Brasil do Século 21?

Cacilda Pinto: Iniciamos o século XXI, com uma mudança extraordinária. Pela primeira vez, a classe trabalhadora elegeu um operário para presidir o país (LULA /2003-2011), sendo substituído por DILMA (2011-2016), a primeira presidenta eleita para governar o Brasil. Este período foi marcado por grandes vitórias das mulheres trabalhadoras. Uma delas foi a conquista da Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, conhecida por Lei MARIA DA PENHA, para combater a violência contra as mulheres. Em seguida vieram os programas “MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA” e o “LIGUE 180”, que fortaleceram o combate a violação de direitos das mulheres, que só no ano de 2015, ultrapassou mais de 750 mil atendimentos.

O BOLSA FAMILIA e o MINHA CASA MINHA VIDA, deram acesso aos programas sociais durante os governos progressistas, as famílias de baixa renda, em especial as chefiadas por mulheres que representam 85% e destas, 40% são mães solo. Entretanto, após o golpe que retirou a presidenta Dilma do governo, vivenciamos amargos dias com o governo Temer que iniciou a derrocada dos programas sociais, abrindo caminho ao novo governo que privilegiou todas as formas de violência, principalmente contra as mulheres. A nomeação da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que além de não apresentar qualquer projeto voltado às mulheres, as famílias e aos direitos humanos; estimulou a violência de gênero, chegando ao absurdo de acusar a comunidade LGBT de pedofilia e pesquisadores de ensinar a prática da masturbação de bebês a partir de sete meses.

Nesse contexto, as políticas públicas importantes às mulheres foram desmanteladas e a violência cresceu

Cacilda Pinto, servidora aposentada do Tribunal de Justiça

Continua na página 5

assustadoramente, chegando a 4 vítimas de feminicídio por dia e o crescimento do assédio e a importância sexual em 17%; atingindo em sua maioria as mulheres negras, o que se agravou ainda mais com a chegada da pandemia.

Mas, não perdemos a esperança e a disposição de seguir a luta organizada, enfrentando os desafios e as desigualdades, pela conquista de direitos. E precisamos compreender que é muito importante o papel dos sindicatos nessa discussão. As mulheres trans e travestis, por exemplo, são submetidas à várias formas de violência, que na maioria das vezes inicia na família, sendo expulsas de suas casas e muitas delas passando a morar nas ruas, expostas a mais violência. Elas não têm oportunidades de trabalho e quando conseguem, a transfobia se antecipa e sua identidade é negada. E esta realidade é presente quando se trata de mulheres negras, vítimas do racismo, do preconceito e do machismo. Por tudo isso é que seguimos lutando e acreditando que é possível contribuir com a mudança da sociedade. É a luta pelos Direitos Humanos e pela vida.

SINJEPHOJE: Quais os principais desafios ainda a serem enfrentados na sociedade brasileira?

Cacilda Pinto: A DESIGUALDADE SALARIAL entre homens e mulheres em empregos similares, somada a DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO no ambiente de trabalho, na política, estão sendo combatidas por muitos coletivos. A violência doméstica e sexual são também os graves problemas ainda presentes na sociedade brasileira.

Políticas públicas voltadas aos cuidados da saúde e a educação de qualidade, que atendam especialmente as mulheres de baixa renda. Na Representação política, as mulheres ainda não conquistaram a

paridade nos cargos deixando que decisões implementadas não reflitam as necessidades vividas pela ampla maioria das mulheres chefes de família, mães soltas; mulheres trans.

SINJEPHOJE: A pandemia de Covid-19, segundo apontam relatórios dos órgãos de segurança pública, acirraram a violência doméstica, aumentando bastante os episódios de agressão física e assassinatos. Em que medida esse período prejudicou o avanço das conquistas femininas nos seus diversos contextos?

Cacilda Pinto: A pandemia tem tido um impacto significativo na violência doméstica, com muitos relatos de aumento nos episódios de agressão física e assassinato.

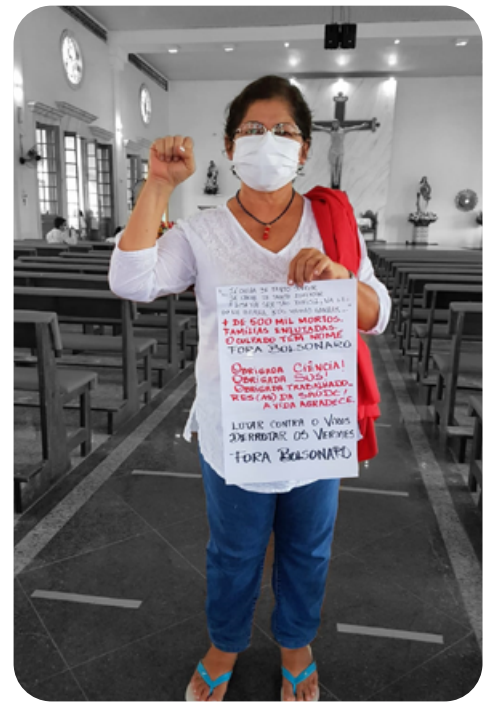
O isolamento social e as restrições de movimento necessárias, pelas medidas de saúde pública, agravaram as tensões em relacionamentos já abusivos, limitando opções de mudanças e apoio às vítimas que ainda se tornam mais agravantes quando somadas as preocupações econômicas causadas pela dependência financeira das mulheres, tornando-as mais vulneráveis à violência doméstica.

A pandemia somada ao descaso e estímulo da violência do antigo governo federal, contribuíram com o avanço do feminicídio, do assédio e muitas outras formas de violência contra as mulheres.

E este cenário, sem dúvida alguma, adiou o avanço dessas lutas, que se reinicia a partir deste ano.

SINJEPHOJE: Que caminhos a Sra. entende que deverão ser seguidos a partir de agora?

Cacilda Pinto: Para enfrentar a violência doméstica durante e após a pandemia, é importante que as autoridades e as organizações da sociedade civil tomem medidas para garantir a segurança e a proteção das vítimas, bem como prevenir a violência no futuro.



Na luta por vacinas e fortalecimento do SUS; pela ciência e fora Bolsonaro

Nas pautas reivindicatórias dos agrupamentos que tratam e lutam por conquistas de políticas voltadas às mulheres, estão incluídos o aumento ao acesso à linhas de ajuda e serviços de apoio às vítimas, incluindo ajuda financeira, alojamento seguro, orientação jurídica e acompanhamento psicológico;

Ampliar as capacidades dos sistemas de justiça criminal para lidar com casos de violência doméstica, incluindo medidas de proteção, condenações severas para os agressores e ações de prevenção. Melhorar a capacidade dos serviços de saúde e assistência social para detectar e lidar com casos de violência doméstica. Investir em programas e campanhas de sensibilização para mudar as atitudes e comportamentos que perpetuam a violência doméstica. Apoio a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, incluindo acesso à educação, saúde, emprego e outros recursos. Ampliação das políticas econômicas e sociais para garantir a independência financeira das

mulheres e reduzir a vulnerabilidade à violência doméstica. Essas medidas, ainda que adaptadas, são fundamentais para garantir o enfrentamento da violência doméstica e o avanço das conquistas femininas. Políticas públicas bem elaboradas e implementadas podem ajudar a garantir a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres. Por outro lado, políticas inadequadas ou ausentes podem perpetuar desigualdades e violência. E assim seguimos esta luta. Se minha geração não chegar a contemplar todas as conquistas, espero menos estamos estimulando as próximas gerações a não aceitar qualquer tipo de violência.

SINJEPHOJE: Qual a importância e o peso das decisões políticas sobre a qualidade de vida da mulher brasileira?

Cacilda Pinto: O último censo do IBGE informa que 48,7% das famílias são “chefiadas” por mulheres, que desenvolvem que também são responsáveis pela educação dos filhos e da manutenção da casa, tendo uma jornada superior a 8 horas/dia, com deslocando exaustivo em transporte coletivo de péssima qualidade. Veja como muitas coisas estão interligadas. Por isso, as decisões políticas têm um peso significativo na qualidade de vida das mulheres brasileiras. Elas afetam diretamente acesso a saúde, educação, trabalho, segurança e direitos sociais e políticos. Se bem direcionadas, teremos grandes avanços.

SINJEPHOJE: Em que medida a militância feminina fortaleceu o movimento sindical paraense?

Cacilda Pinto: A presença de mulheres na liderança

sindical trouxe novas perspectivas e enriqueceu as negociações coletivas, tornando o movimento mais inclusivo e representativo de diferentes grupos sociais. As lideranças femininas passaram a incluir questões de gênero na pauta sindical, o tem ajudado a garantir que os direitos das trabalhadoras sejam protegidos e a luta contra a discriminação de gênero fosse denunciada e punida. Esta participação efetiva das mulheres na militância sindical ajudou muitas companheiras a defender seus direitos e combater todas as formas de violência a partir da própria família. E essa caminhada segue para que possamos combater a todas as formas de opressão e fortalecer nossas organizações.

SINJEPHOJE: Em se tratando de política, como a sra analisa a figura da mulher na militância sindical no Pará e em especial, no Poder Judiciário?

Cacilda Pinto: A caminhada vem de muito longe. Ainda lembro que na década de 1980, as mulheres que participavam da vida sindical, eram designadas para coletar assinaturas, preparar carteiras de associados, escrever Atas (pois “as letras eram bonitas”), segurar faixas, limpar as sedes e escritórios e preparar o alimento de grevistas. O SINJEP foi um dos pioneiros na estrutura sindical em ter eleito uma mulher presidente. Esta situação foi muito importante, pois nos tirou da condição de secretárias e zeladoras da entidade, para ocupamos o papel de dirigentes. Afinal, somente os homens conduziam a maior parte das assembleias, das negociações, das intervenções e alguns



Cacilda Em apoio a luta LGBTQIA +

chegavam ao ponto de representar o sindicato no Dia Internacional da Mulher. No Judiciário, tínhamos um agravante. Nossa postura tinha que estar em harmonia com as normas e regras da instituição. Com a chegada do sindicato, as mulheres foram convidadas a lutar por direitos. Éramos a maioria e precisávamos do apoio de todas. Nos dias de greve, o salto alto era substituído pela sandália baixa ou tênis; o batom não realçava os lábios porque cada grevista recebia um apito para que os dirigentes recebessem os representantes da categoria; os terninhos davam lugar às camisetas buscando uniformizar todos os participantes. Éramos vistas como “mal-amadas” falta do que fazer em casa”, “precisam de um macho na vida” e assim por diante. Com o decorrer de décadas, pude presenciar a vitória de nossa luta, com a eleição de algumas sindicalistas ao parlamento municipal, estadual e federal. E essa história precisa ser contada. Precisa servir de entusiasmo para muitas mulheres que ainda relutam em participar dos movimentos, pela cobrança feita por seus pais, maridos, companheiros, namorados ou filhos. É necessário compartilharmos também



Cacilda ministrando Seminário de formação Política e Sindical em Igarapé-miri no ano de 1995

dessas tarefas. É importante promover palestras, cursos e outros eventos que conscientizem homens e mulheres de que a luta é da classe trabalhadora e que nessa luta precisamos acabar com a opressão, com a discriminação, com o assédio moral e sexual contra as mulheres trabalhadoras.

SINJEPHOJE: O sindicalismo paraense pode prescindir da militância feminina no século 21?

Cacilda Pinto: A presença de mulheres na liderança sindical trouxe novas perspectivas e enriqueceu as negociações coletivas, tornando o movimento mais inclusivo e representativo de diferentes grupos sociais. As lideranças femininas passaram a incluir questões de gênero na pauta sindical, e tem ajudado a garantir que os direitos das trabalhadoras sejam protegidos e a luta contra a discriminação de gênero fosse denunciada e punida. Esta participação efetiva das mulheres na militância sindical ajudou muitas companheiras a defender seus direitos e combater todas as formas de violência a partir da própria fa-

mília. E essa caminhada segue para que possamos combater a todas as formas de opressão e fortalecer nossas organizações.

SINJEPHOJE: O SINJEP já elegeu duas mulheres para presidir a entidade, e a senhora foi uma delas. As mulheres sindicalistas enfrentaram, ainda enfrentam preconceitos machistas?

Cacilda Pinto: Você me faz lembrar uma greve, nos anos 80, quando chegamos a receber menos que o salário mínimo. O gatilho salarial era “disparado” a cada 3 meses e no Judiciário passamos 17 meses sem qualquer reajuste. E foi tão forte o movimento que os magistrados passaram a nos apoiar, porque eles também não recebiam os reajustes trimestrais.

Tivemos êxito em todas as reivindicações. Asseguramos o Ticket Refeição, antes pago pelas empresas privadas, o vale transporte, a isonomia dos colegas do interior com os da capital que representou 1000% (isso mesmo MIL POR CENTO), entre outras. Pois bem, encerrado o movimento grevista, uma de nossas colegas, antes muito “pelega”, mas por ser chefe do setor, proibia os servidores do setor de participarem de

qualquer evento convocado pelo sindicato, decidiu participar e convocou os subordinados. Dias após o encerramento ela pediu que eu fosse até seu local de trabalho e chegando ela pediu a atenção de todos para fazer um agradecimento. Então disse “...eu tive uma discussão com o presidente que me criticou por estar na greve. E eu disse a ele - senhor desembargador (ela puxava muito o R), com todo o respeito que tenho por vossa excelência, quero lhe dizer que só conheci até agora, 2 homens de muita coragem. Um foi meu falecido pai que me criou e o outro é essa colega que preside o sindicato, a Cacilda...” Então eu ri muito e agradei e pedi permissão a ela para conversarmos sobre a entidade, incluído os assuntos referentes a nós mulheres na luta por creches.

Este é um pequeno exemplo, de como éramos vistas a partir das próprias companheiras. Para nós, sindicalistas e militantes, não era dado o DIREITO A REBELDIA. Certa vez fui acusada em uma reunião do Tribunal Pleno, de ter criado um sindicato para anga-



Cacilda discursa para servidores em paralização

riar fundos e fazer treinamento de guerrilha em Cuba. Isto consta nos anais do antigo diário da justiça. E foi com muita alegria que pude presenciar a eleição da companheira INÁ MENDES, para presidir a entidade que ajudei a criar. Por certo, ela assim como eu, enfrenta barreiras na luta contra o machismo, que é reflexo da sociedade e está presente na instituição que trabalhei e também no mundo sindical. Quantas vezes tentam nos silenciar com um tom de voz mais forte; contam piadas desnecessárias e tentam silenciar nossas ideias. Por isso é importante avançar na formação, abordando discussões sobre o feminismo, conversando com homens e mulheres, começando pela direção sindical.

SINJEPHOJE: Qual o maior legado deixado por mulheres da sua geração ao sindicalismo paraense?

Cacilda Pinto: Entendo que a presença de mulheres na liderança sindical é importante para garantir que as questões de gênero sejam incluídas nas pautas de negociação e para assegurar que os direitos das trabalhadoras sejam protegidos. Além disso, a participação efetiva de mulheres na militância sindical pode ajudar a promover a igualdade de gênero e a luta contra a discriminação. Sem a participação ativa das mulheres, o movimento sindical pode ficar limitado em sua capacidade de representar e defender os direitos de todas as trabalhadoras, e pode não ser tão inclusivo e representativo de todas as perspectivas e necessidades.

Portanto, é importante que as mulheres sejam incluídas e apoiadas na liderança sindical.

SINJEPHOJE: Que personalidades femininas a Sra. destacaria como fortes influenciadoras do movimento sindical no Pará?

Cacilda Pinto: Ana Julia Carepa, Carmem Foro, Miriam Andrade, Marinor Brito Socorro Aguiar, Sandra Batista e Sueli Oliveira. A maioria delas é oriunda do movimento sindical e assumiu ou assume cargo no parlamento ou em cargo de direção nas esferas municipal, estadual e federal.

Já me antecipo pedindo desculpas em não relacionar as bravas companheiras dirigente da área rural que desempenham esse papel e tem embates superiores aos que vivenciamos.

SINJEPHOJE: Como servidora do TJE, como a Sra. avalia a situação da mulher no serviço público, em especial, claro, no Poder Judiciário?

Cacilda Pinto: De um modo geral, a participação feminina ainda é menor no Poder de decisão no âmbito público, sobretudo às mulheres negras que representam apenas 20% desse universo.

O COVID-19 afetou a estrutura social e ocasionou problemas graves no setor público, incluindo as atividades de trabalho, afetando profundamente as mulheres que passaram a unir a vida laboral com o teletrabalho, somado as tarefas domésticas e acompanhamento das atividades dos filhos. E esta realidade esteve presente no universo feminino das servidoras do judiciário paraense.

Mas, é importante refletirmos que a realidade na instituição não é somente de servidoras e magistrados. Não podemos fechar os olhos perante as trabalhadoras das empresas terceirizados que vivenciam uma

outra realidade, sem qualquer espaço de opinião e decisão. Apenas obedecem às ordens e precisam exercer as atividades sem qualquer reclamação, inclusive das servidoras que ajudam na fiscalização e exigem a perfeição nas tarefas.

Insisto na necessidade de informação e formação dos problemas enfrentados pelas trabalhadoras para toda categoria. As mulheres precisam ser ouvidas e suas reivindicações precisam constar nas pautas reivindicatórias da categoria. É preciso saber o contingente de servidoras; onde estão e que cargos assumem; dificuldades que enfrentam e que soluções apresentam.

SINJEPHOJE: O que mudou nos últimos 20 anos?

Cacilda Pinto: Sem dúvida alguma, o concurso público implementado a partir da década de 1980 no Poder Judiciário, somado aos salários relativamente superiores aos dos outros poderes, resultado de muitas greves que ocorreram no passado, fortaleceu bastante o coletivo de servidores, incluindo o ingresso de mais mulheres que passaram a ingressar, ainda que em número menor, na construção da entidade de classe, em busca de direitos e no combate ao assédio e a discriminação nos locais de trabalho.

SINJEPHOJE: Quais os desafios para a mulher que atua hoje como servidora do Poder Judiciário?

Cacilda Pinto: Penso que alguns desses desafios trata do combate à desigualdade de gênero e a discriminação ainda prevalentes na instituição. É preciso também, encontrar mecanismos de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, pois as mulheres, em geral, ainda têm maiores responsabilidades com a família, casa, dificultando muitas vezes o exercício das atividades laborais. A implementação de políticas de apoio à maternidade e a implementação de creches que permitam às mulheres conciliar suas responsabilidades profissionais e familiares.

A representação paritária de homens e mulheres em cargos de liderança e de tomada de decisão. O combate diário ao assédio moral e sexual contra as servidoras. E a justa equiparação de salários entre homens e mulheres que exercem atividades semelhantes.

SINJEPHOJE: Que mensagem a Sra. dedica às servidoras no Dia Internacional da Mulher?

Cacilda Pinto: Nossa luta não começou agora e não tem tempo pra terminar.

Nós mulheres trabalhadoras, somos sinônimo de resistência, de força e tudo o que conquistamos é resultado de nossas lutas, na tentativa de mudar esse cenário de exploração e opressão. Nossa luta conquistou o direito de estudar, trabalhar, votar e ser votada, divorciar, que nos foi negado por longas

décadas. Não silenciaremos frente ao assédio, o preconceito, as desigualdades, ao machismo praticado, muitas vezes, a partir da família, às agressões físicas, morais e psicológicas e nos rebelamos frente aos lemas conservadores e opressores de que devemos ser mulheres “belas, recatadas e do lar”. É hora de seguir. Somos sobreviventes de uma guerra comandada por um vírus que retirou a vida de mais de 600 mil pessoas, sem qualquer compromisso com a vida, por parte do governo anterior, derrotado por todos os que lutam por democracia. É preciso reafirmar que o Dia Internacional das Mulheres trabalhadoras, não é um dia de ganhar presentes, movimentar o comércio e manter o opressor, o assediador como aliado. Vamos somar nossa luta, aos que se indignam com a cruel e desumana violação de direitos ao povo Yanomami. O descaso e abandono de políticas públicas, levou a morte de centenas de crianças pela contaminação do mercúrio e desnutrição extrema, que também atinge pessoas adultas e idosas. Meninas vítimas de estupro de garimpeiros estão grávidas ou já tiveram filhos. Os Yanomami, sofrem com todo o tipo de violência, desde a física e mental até as tentativas de exterminar sua cultura e identidade. Que o 8 de março seja um dia de solidariedade às mulheres Yanomami com a exigência de apuração e punição dos responsáveis pela política genocida contra seu povo



O apoio as candidaturas femininas

História Viva

Contribuições do movimento feminista para a valorização da mulher no Brasil

Alvo das críticas masculinas desde a sua fundação, o movimento feminista cresceu, se fortaleceu e não pode mais ser expurgado da história do país, por conta de sua enorme e concreta contribuição para a valorização da mulher perante a sociedade.

O fortalecimento do feminismo vem permitindo o combate à estrutura patriarcal que hoje, em pleno século 21, ainda vítima e oprime milhões de mulheres no Brasil. Diante da importância do trabalho realizado pelas ativistas e seu pioneirismo que inspirou, inclusive, a sororidade atual; datas importantes que marcaram a luta das brasileiras viraram marcos, conquistas; cujas memórias recentes precisam ser revisitadas.

Dentro desse contexto, o Dia Internacional da Mulher, oficializado pela Organização das Nações Unidas na década de 1970, fortalece e simboliza a luta histórica das mulheres para terem suas condições equiparadas às dos homens.

Inicialmente, essa data remetia à reivindicação por igualdade salarial, mas, atualmente, simboliza a luta das mulheres não apenas contra a desigualdade salarial, mas também contra o machismo e a violência.

Datas Históricas

1827 – Meninas são liberadas para frequentarem a escola

Hoje, 25% das mulheres ingressam nas universidades, enquanto o número de homens é apenas 18%, segundo o relatório Education of Glance / 2019, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

1832 – Publicação do livro: “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”

Pioneira, a autora Nísia Floresta foi a primeira mulher brasileira a denunciar em um livro, o mito da superioridade do homem e de defender as mulheres como pessoas inteligentes e merecedoras de respeito igualitário.

1879 – Direito ao acesso às faculdades

1910 – Criação do Primeiro Partido Político

O Partido Republicano Feminino fortaleceu a luta pelo direito ao voto e a emancipação das mulheres na sociedade.

1932 – Conquista do Direito ao Voto

Em 1932, o sufrágio feminino foi garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro: uma vitória da luta das mulheres que, desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito ao voto. Essa conquista só foi possível após a organização de movimentos feministas no início do século XX, que atuaram intensa e exaustivamente no movimento sufragista, influenciados, sobretudo, pela luta das mulheres nos EUA e na Europa por direitos políticos.

1962 – Criação do Estatuto da Mulher Casada

Um marco para o avanço da emancipação, a Lei nº 4.212/1962 garantiu que mulheres casadas não precisassem mais

da autorização do marido para trabalhar. Outros direitos: herança e a guarda dos filhos em casos de separação.

1974 – Direito ao Uso e Porte do Cartão de Crédito

Sem liberdade de escolha, a mulher era tratada como um objeto cuja posse o marido herdava do pai. Somente em

1974 foi aprovada a “Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito”, para que clientes não fossem mais discriminados baseados no gênero ou estado civil.

1977 – Aprovação da Lei do Divórcio

1979 – Mulheres conquistam o direito a jogar futebol

1985 – É criada a primeira Delegacia da Mulher

A Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) surge em São Paulo e, logo depois, outras unidades começam a ser implantadas em outros estados. Essas delegacias especializadas da Polícia Civil realizam, essencialmente, ações de proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres.

1988 – A Constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens

Um marco também para a luta feminina, a Constituição de 1988 igualou mulheres e homens perante a lei.

2002 – Ausência de virgindade deixa de ser causa para anulação de matrimônio

Com décadas de atraso foi extinto do Código Civil brasileiro o artigo prevendo a anulação do casamento baseado na falta de virgindade da esposa.

2006 – É sancionada a Lei Maria da Penha

Maria da Penha, a farmacêutica que deu seu nome à lei, precisou ser vítima de duas tentativas de homicídio e lutar por quase 20 anos para que, finalmente, conseguisse colocar seu ex-marido criminoso atrás das grades. Definitivamente, essa é uma das conquistas do feminismo mais importantes para as mulheres brasileiras. A Lei nº 11.340/2006 foi sancionada para combater a violência contra a mulher.

2015 – É aprovada a Lei do Femicídio

No dia 9 de março de 2015, a Constituição Federal reconheceu a partir da Lei nº 13.104/2015 o feminicídio como um crime de homicídio qualificado.

2018 – A importunação sexual masculina passou a ser considerada crime

A ocorrência deste tipo de prática contra as mulheres é tanta que a pauta feminista precisou incluir em suas ações a defesa da lei que caracteriza o assédio como crime (Lei nº 13.718/2018).

Apesar desta legislação garantir proteção às pessoas de todos os gêneros, a força do movimento feminista foi essencial para que ela se tornasse uma realidade em nossa sociedade.

2021 – É criada a lei para combater a violência política contra a mulher

A Lei 14.192/21 estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher ao longo das eleições e durante o exercício de direitos políticos e de funções públicas. É violência política contra as mulheres toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos.

Fonte: Portal Nossa Causa

Governo Lula nomeia 11 mulheres para cargos no primeiro escalão

O presidente Lula (PT) nomeou 11 mulheres para atuar no primeiro escalão do governo. Empossadas, as 11 novas ministras equivalem a 30% dos 37 ministérios do atual governo.

É a maior quantidade de mulheres a ocupar cargos ministeriais, desde o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que chegou a ter dez mulheres no primeiro escalão.

O governo de Jair Bolsonaro (PL), teve quatro ministras, mas não simultaneamente. Já na gestão de Michel Temer (MDB), foram três mulheres a comandarem pastas do governo.

As Ministras do Brasil

Ciência e Tecnologia: Luciana Santos (PCdoB)

Cultura: Margareth Menezes

Esportes: Ana Moser

Gestão: Esther Dweck

Igualdade Racial: Anielle Franco

Meio Ambiente: Marina Silva (Rede)

Mulheres: Cida Gonçalves (PT)

Planejamento: Simone Tebet (MDB)

Povos Indígenas: Sônia Guajajara (PSOL)

Saúde: Nísia Trindade

Turismo: Daniela Carneiro (União Brasil)



Sindicalista do Pará está no governo Lula



A Secretária-Geral da CUT, Carmen Foro, foi convidada a integrar a equipe que atuará com a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. A sindicalista vai atuar na Secretaria de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do ministério.

Devem também integrar a equipe: a ex-secretária de Organização e Política Sindical da CUT, Denise Mota Dau, e a ex-secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva, além de Maria Helena Guarezi, também sindicalista e ex-consultora em Políticas Públicas na Comissão de Estudos sobre a Violência de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB/PR).

Carmen Foro tem uma longa militância pelos povos dos campos e das florestas e pelas mulheres. Nasceu em Mojú, no Pará e aos 15 anos, mudou-se para o município de Igarapé-Miri onde ingressou em sua carreira sindical, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tendo assumido a presidência, em 1992, de forma

SORORIDADE

Sororidade e a jornada entre conceito e prática

Vinda do latim, soror (irmã), evoca a ideia de irmandade feminina. É um substantivo feminino e um conceito em construção, sobre empatia, solidariedade e acolhimento entre mulheres. Existe nele uma definição clara e restrita de gênero, um direcionamento dessa empatia de mulheres para outras mulheres.

Poucas arriscam definir a origem histórica do termo. No entanto, há informações de que, em universidades norte-americanas, grupos integrados somente por mulheres foram denominados sororities.

A quarta onda do feminismo a partir de 2012, vincula a causa ao uso das redes sociais. As novas formas de interação por meio digital possibilitaram a formação de comunidades virtuais de mulheres e o fortalecimento dos laços, através das trocas de experiências sobre a condição feminina. Nesse contexto, a sororidade tornou-se uma importante forma de praticar o feminismo e propagar suas bandeiras.

Pelo conceito formal: “A sororidade é uma concepção ideal e atitudinal de irmandade feminina vinculada aos feminismos contemporâneos. Ela reorienta a percepção e atitude de uma mulher perante outra por meio da simpatia, acolhida e colaboração que abarcam desde situações simples do dia a dia até projetos sistemáticos de apoio mútuo entre mulheres”.

Irmandade e Tecnologia

A facilidade, com que as novas tecnologias possibilitam a troca e disseminação de ideias é um dos fatores responsáveis pelo alcance que os feminismos e a sororidade têm gradativamente alcançado ao longo dos últimos anos, ao ponto de essa palavra nova ser incorporada aos dicionários e ao cotidiano de muitas mulheres.”

Sororidade na língua portuguesa

A palavra sororidade não está

presente, ainda, em todos os dicionários clássicos da língua portuguesa. É a correspondente feminina da palavra fraternidade, também derivada do latim, que significa solidariedade entre irmãos.

O Dicionário Priberam define sororidade como: “Relação de união, de afeição ou de amizade entre mulheres, semelhante à que idealmente haveria entre irmãs. União de mulheres com o mesmo fim, geralmente de cariz feminista”

O Dicionário Online de Português define assim a sororidade: “Relação de irmandade, união,



afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs. [Por Extensão] União de mulheres que compartilham os mesmos ideais e propósitos, normalmente de teor feminista, sendo caracterizada pelo apoio mútuo evidenciado entre essas mulheres”

Da Teoria à Prática Política

A adesão natural ao movimento feminista foi impulsionada pelo caráter político relacionado à busca pela igualdade de gênero e a construção do caminho para que as mulheres conquistem posições de poder para que essa igualdade seja gradativamente construída por meio de leis e políticas públicas.

A sororidade, enquanto prática, é uma resposta à misoginia, isto é, ao ódio ou aversão a mulheres. A misoginia (identificada desde primórdios da cultura ocidental) reflete-se também no relacionamento entre mulheres, causando rivalidade entre elas.

Para os especialistas, desconstruir o antagonismo

significa compartilhar poder em situações práticas que, embora possam estar relacionadas às mais diversas ações, revestem-se de uma dimensão política por realocar o poder. Portanto, a sororidade é um antídoto à misoginia masculina. Para a psicóloga Ligia Baruch, a competição assim como a colaboração; são mecanismos primitivos da humanidade utilizados na luta pela sobrevivência. No entanto, segundo ela, o traço adquirido de sociedades patriarcais fica evidenciado na diferenciação entre os motivos de competição entre homens e mulheres.

Portanto, a sororidade contribui para a coesão social e para a construção da igualdade nas relações e arranjos sociais. Dentre as ações que conferem à sororidade essa capacidade e importância, estão: a equivalência de critérios para avaliar atitudes de homens e mulheres, a não rivalização com outras mulheres, a não culpabilização de uma mulher vítima de violência, e a disposição em ajudar uma mulher que demonstre necessitar de ajuda.

